

# INFORMATIVO IJ

## OUTUBRO



- Pesquisadores da FGV visitam o território Médio Juruá
- Seca severa no Amazonas e a luta pelo enfrentamento à mudança climática no Médio Juruá
- Intercâmbio entre Instituto Juruá e Natura Argentina visa fortalecer ações de conservação em Áreas Protegidas

# Pesquisadores da FGV visitam o território Médio Juruá

*Pesquisadores da FGV e Instituto Juruá visitaram o Médio Juruá para apoiar cadeias produtivas sustentáveis, como extração de óleos, saboaria ecológica e manejo de peixes. A iniciativa busca valorizar a economia local e preservar a floresta, promovendo qualidade de vida para as comunidades.*

Por Elzineide do Carmo e Maria Julia Ferreira

Na primeira semana de outubro uma equipe de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com pesquisadores do Instituto Juruá, realizou uma visita ao território Médio Juruá, como parte do projeto transdisciplinar “Inovação para Criação de Valores Sustentáveis: Entendendo as Cadeias Globais de Valor na Amazônia”, da iniciativa Amazônia +10. O projeto investiga os desafios e as oportunidades do desenvolvimento de estratégias inovadoras para as Cadeias Globais de Valor, possibilitando otimizar a sociobioeconomia local, integrando perspectivas econômicas, sociais e ambientais.



Pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas e Instituto Juruá em visita à Indústria de óleos vegetais da AMARU, no município de Carauari.

Foto: Acervo IJ.

**D**urante a visita, os pesquisadores de ambas as instituições foram à indústria de processamento de óleos vegetais da [Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari \(AMARU\)](#), no município de Carauari. Os pesquisadores tiveram a oportunidade de entender as etapas do processo de extração do óleo das espécies comercializadas (*Carapa guianensis* e *Astrocarium murumuru*), popularmente conhecidas como andiroba e murumuru, respectivamente. Além da AMARU, os pesquisadores visitaram a [Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária da Reserva Extrativista do Médio Juruá \(CODAEMJ\)](#), localizada na Comunidade Roque. Lá puderam conhecer mais uma usina onde as sementes da região são processadas para a extração de óleos vegetais da floresta nativa. Segundo os extrativistas e técnicos, um dos grandes desafios enfrentados durante o processamento é a obtenção do óleo de andiroba com qualidade aceita pelo mercado. Isso porque se o processo de secagem não for feito de forma correta desde a retirada das sementes da floresta, o óleo de andiroba fica muito ácido e os compradores não aceitam. Eles explicaram ainda que na última safra, de 2024, este problema não ocorreu, pois instituições parceiras e organizações de base comunitária se planejaram e se apoiaram para diminuir o tempo entre a coleta e o processamento, o que culminou numa produção dentro dos padrões aceitos para comercialização.

Em uma outra visita realizada pela equipe de pesquisadores foi possível conhecer a Saboaria Ecológica, coordenada pela Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Nova Esperança Na Reserva Extrativista do Médio Juruá (ANNE). Na saboaria, administrada majoritariamente pelas mulheres, ocorre a produção de uma gama de produtos de limpeza, tais como: sabão líquido, amaciante, detergente e desinfetante com essência de folhas e/ou cascas de diversas espécies advindas da floresta. Além da produção, na saboaria, ocorrem também oficinas para jovens e crianças da comunidade. Segundo Luciene, responsável pela saboaria e pelo viveiro de plantas que são matérias-primas para os produtos, recentemente as oficinas foram oferecidas para comunidades vizinhas. Destacou também que, apesar de ainda não produzirem em grande escala, é esperado que em um futuro próximo os produtos ganhem notoriedade e alcancem um mercado promissor, possibilitando maior geração de renda para as mulheres envolvidas no processo.

Os pesquisadores tiveram também a oportunidade de conhecer a comunidade Lago Serrado, onde estava ocorrendo o manejo do tambaqui (*Collossoma macropomum*) e do pirarucu (*Arapaima gigas*). Neste dia da visita os pesquisadores participaram de uma conversa com a presidente da Associação dos Moradores Agroextrativistas do Baixo Médio Juruá (AMAB), que explanou sobre a importância do manejo sustentável para a preservação das espécies de peixes e sobre as dificuldades enfrentadas pelos pescadores na vigilância dos lagos. Além das visitas técnicas às comunidades e as organizações de base comunitária, os pesquisadores entrevistaram o gestor da RDS Uacari (Gilberto Olavo - SEMA-AM/DEMUC) para compreender de forma mais ampla o processo de gestão das áreas protegidas na região. Gilberto destacou a relevância das parceiras locais na promoção de uma proteção territorial mais eficaz e na geração de renda para as populações tradicionais do Médio Juruá.

Segundo José Antônio Puppim de Oliveira, coordenador do projeto, foi uma experiência excelente para conhecer como é o processamento do pirarucu e a comercialização das sementes oleaginosas na região. Ele ressalta que *“estar no território neste período foi importante para compreender como eventos climáticos afetam estas cadeias de valor, pois a forte seca tem afetado bastante a região”*. O professor da FGV-EAESP e pesquisador do Centro de Estudos em Sustentabilidade, André Pereira de Carvalho, complementa sobre a importância de trabalhos de campo como este, pois *“conhecer a visão dos comunitários e ter contato direto com o dia a dia deles é essencial para compreender de forma mais profunda os desafios relacionados à viabilização das cadeias da sociobiodiversidade”*.

Michel Xocaira Paes, pesquisador do departamento de Gestão Pública da FGV/EAESP, ressalta que a visita foi essencial para que a

FGV e o Instituto Juruá, possam juntos *“continuar colaborando em ações práticas para a melhoria da qualidade de vida das populações locais, que são aqueles que têm condições de contribuir para manter a floresta em pé e mostrar ao mundo um novo modelo de desenvolvimento”*. Além disso, o grupo de pesquisadores destaca que o projeto permitirá um diagnóstico mais preciso dos desafios enfrentados pelas comunidades envolvidas nas cadeias da sociobiodiversidade na região, sendo fundamental tanto para desenvolver o conceito de bioeconomia da Amazônia quanto para demonstrar sua aplicação na prática. José Antônio Puppim de Oliveira, reforça por fim que *“este projeto é importante pois tem como objetivo fortalecer as cadeias produtivas e isso pode ajudar a dinamizar a bioeconomia local e possibilitar mais valor agregado para as comunidades do Médio Juruá”*.



Pesquisadores visitam casa de extrativistas do Médio Juruá para compreender os desafios e potencialidades das cadeias de valor da sociobiodiversidade

Foto: Acervo IJ.

# Seca severa no Amazonas e a luta pelo enfrentamento à mudança climática no Médio Juruá

Por Nathália Messina

"A natureza pede socorro!" Assim, o morador Manoel da comunidade São Raimundo, no Médio Juruá, retrata a cena de arazaris – aves típicas da floresta amazônica semelhante a tucanos – bebendo água do aerador de uma caixa d'água.

A imagem sintetiza um cenário alarmante: a seca extrema que aflige a Amazônia em 2024, declarada pela Defesa Civil estadual a pior da história em termos socioeconômicos, conforme matéria do G1. Com o aumento da intensidade e da frequência das estiagens severas, cresce a urgência de discutir os impactos da mudança climática na região e a crise que afeta diretamente o manejo sustentável de recursos naturais, como o pirarucu, um dos pilares da sociobioeconomia no Médio Juruá.



Foto: Nathália Messina.

## O “novo normal” e a questão da sociobiodiversidade

O ano de 2024 reafirma uma realidade que há tempos vem sendo alertada por especialistas e comunidades amazônicas: a intensificação de eventos climáticos extremos. A seca deste ano vem na esteira de um histórico recente de desastres ambientais e crises de diversas ordens na região. Estiagens prolongadas, enchentes devastadoras, terras caídas, ondas de calor, incêndios florestais e nuvens de fumaça tornaram-se fenômenos cada vez mais comuns no dia a dia do povo nortista.

No Médio Juruá, o estudo "[Mudanças Climáticas e seus Impactos na Sociobiodiversidade do Rio Juruá](#)", desenvolvido por João Vitor Campos-Silva e parceiros<sup>1</sup>, sob coordenação da Sitawi, revela impactos evidentes mesmo em uma área preservada que abrange Unidades de Conservação, como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e a Reserva Extrativista (RESEX) Médio Juruá. “Uma das questões bastante presentes no discurso da população local é que a temperatura do dia tem aumentado muito nas últimas décadas. Alguns, inclusive, relatam a sensação de que ‘o sol está se aproximando da terra’, pois se antes era possível trabalhar a manhã toda, agora ninguém mais consegue trabalhar depois das 9 ou 10 da manhã.”, aponta o relatório. Isto tem um impacto direto na qualidade de vida dos ribeirinhos e nos trabalhos das cadeias da sociobiodiversidade.

---

1 “O estudo Mudanças climáticas e seus impactos na Sociobiodiversidade do rio Juruá foi desenvolvido por João Vitor Campos-Silva com a participação de André Braga Junqueira, Guilherme G. Maz-zochini, Alfredo L. Perez, Marcel Silva, Mariana Estevo, Paulo C.M. Andrade e revisado por Roland Wid-mer, Felipe J. Pires e Júlia Tavares sob coordenação da SITAWI no âmbito do Programa Território Médio Juruá.”

**A** baixa profundidade dos rios ou inexistência de água em certos trechos do Juruá, torna os locais inacessíveis, dificultando o transporte de produtos como o pirarucu, peixe símbolo de manejo sustentável na região. As águas que outrora permitiam a navegação fluida, hoje não são mais suficientes nem para passar barcos carregados de gelo até certos lagos, muito menos os barcos carregados com as quotas pesqueiras autorizadas. A logística ficou bastante debilitada, principalmente entre setembro e outubro, mas a esperança é que a enchente chegue como repique até o fim deste mês, possibilitando a melhora do manejo de pirarucu, ora com uma certa normalidade, ora de forma limitada.

De acordo com José Gomes, conhecido como Coquinho, Técnico de Produção Florestal na ASPROC - Associação dos Produtores Rurais de Carauari: *“Hoje estamos utilizando os meios de transporte menores com capacidade máxima de 20 toneladas. Esses transportes estão conseguindo escoar a produção das comunidades até a sede do município com dificuldade. As embarcações de Carauari até o frigorífico - Manaus e Manacapuru - também estão com dificuldade em deslocamento, mas com todos os desafios, a pesca está sendo realizada com restrição. No mês de setembro foi programada a pesca das comunidades com menores volumes de capturas para podermos utilizar as embarcações menores”* afirmou o técnico da ASPROC; e o mesmo vem ocorrendo até o presente momento (18 de outubro), pois o nível do rio subiu muito pouco, complementou ele em uma conversa de atualização.

Para além do pirarucu, outras cadeias de valor da sociobiodiversidade, como a coleta de sementes oleaginosas, também estão em risco. A floresta, conhecida por sua riqueza em produtos não madeireiros, tem sofrido com a degradação causada pela perda de recursos hídricos e, com isso, alterado a sazonalidade e as técnicas de coleta das sementes.

Nas palavras de Manuel Cunha, gestor da RESEX Médio Juruá, em resposta ao comunitário de São Raimundo, os impactos são profundos: *“A floresta não oferece mais nada. Esses animais – araçari, tuca-no – bebem água em oco de paus, em parasitas; são animais que não têm o hábito de descer e ir para a beira do lago para beber. Eles estão se socorrendo como podem [na caixa d’água], porque não há mais água na floresta.”*

Esse cenário coloca em risco não apenas as espécies animais, mas também a sobrevivência das comunidades tradicionais que dependem dos recursos naturais para sua economia e modos de vida. A população extrativista enfrenta desafios diários para manter suas atividades, como a coleta de frutos, a pesca e o manejo de pirarucu, em meio a um clima cada vez mais incerto.

## **A urgência de ações concretas**

Diante desse quadro, a necessidade de medidas adaptativas e mitigadoras nunca foi tão urgente. A crise atual reforça o papel de iniciativas de manejo sustentável, que ao longo dos anos têm sido fundamentais para a preservação dos recursos naturais e para a manutenção das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. No entanto, sem um esforço conjunto que inclua políticas públicas eficazes para o combate à mudança do clima, o futuro da Amazônia e de suas populações permanece em risco.

A seca de 2024 deixa um recado claro: a Amazônia está cada vez mais vulnerável, e as soluções para esses desafios devem ser integradas e amplas, envolvendo tanto as comunidades locais quanto os governos, as empresas e a sociedade civil.

# Intercâmbio entre Instituto Juruá e Natura Argentina visa fortalecer ações de conservação em Áreas Protegidas

Por **Andressa Scabin**

A criação de Áreas Protegidas segue representando uma das principais estratégias de conservação da biodiversidade. O Brasil possui atualmente 3.780 áreas protegidas\* com 3.574.534 km<sup>2</sup> de área sendo legalmente protegida. Nossa vizinha Argentina possui 473 áreas protegidas\* cobrindo um total de 374.263 km<sup>2</sup>. Embora esses números sejam expressivos, ainda existem muitas áreas de importância para conservação da biodiversidade que necessitam ser designadas, não somente nesses países, mas em todo o mundo. A designação de áreas protegidas, principalmente de Parques Nacionais na Argentina, é a missão da Natura Argentina, uma organização não-governamental sediada em Córdoba fundada em 2020 e que recentemente tornou-se uma parceira do Instituto Juruá. A parceria entre as duas organizações pretende fortalecer a nova Coordenação de Áreas Protegidas e Justiça Social cujo objetivo é apoiar a criação e implementação de áreas protegidas de uso sustentável na Amazônia.



Manejo do Pirarucu no lago do Marapatá – Autoria: Andressa Scabin

Uma das primeiras ações dessa parceria foi a realização de um intercâmbio de experiências, que ocorreu entre os meses de setembro e outubro, para que cada uma das organizações conhecesse de maneira mais profunda as ações realizadas pelas parceiras. Primeiramente Lucila Castro, diretora executiva da Natura Argentina, visitou o Médio Juruá e teve a oportunidade de conhecer representantes de algumas associações locais, como a ASMAMJ, AMARU, AANE, AMECSARA, ASPROC e AMAB e ouvir um pouco de suas histórias e da maneira como atuam e se organizam no Fórum Território Médio Juruá. Além disso, Lucila vivenciou a despesca na comunidade Marapatá na Área de Acordo de Pesca de Carauari e pôde presenciar como a organização social é imprescindível para que o manejo do pirarucu aconteça, uma vez que depende de muitas pessoas desempenhando suas atividades de maneira bastante sincronizada para garantir que a cota seja atingida e o peixe chegue ao seu destino com boa qualidade. Lucila conheceu também uma outra história de sucesso de conservação de base comunitária no Médio Juruá, a proteção de praias através da ação dos monitores de tabuleiros. Acompanhada por João Pedro, visitou o tabuleiro do Manariã onde pôde entender como é o trabalho dos monitores, bem como conheceu um pouco sobre a biologia e a ecologia dos quelônios amazônicos. E, finalmente, foi possível também realizar uma visita ao lago do Tambaqui, que fica na região da Área de Acordo de Pesca de Carauari onde Instituto Juruá e AMAB estão trabalhando juntos na designação de uma área protegida privada de base comunitária dentro da nova Coordenação de Áreas Protegidas e Justiça Social, cuja parceria estabelecida com Natura Argentina visa fortalecer.



Área do Futuro Parque Nacional de Upallata – Foto: Bruno Brachetta

Na segunda parte do intercâmbio, Andressa Scabin, coordenadora de Áreas Protegidas e Justiça Social do Instituto Juruá, foi até Córdoba e conheceu boa parte da equipe técnica da Natura Argentina e teve reuniões com representantes dos diversos departamentos para entender como a organização atua e posteriormente conheceu pessoalmente 3 dos 5 projetos conduzidos pela organização. Primeiramente conheceu em Miramar o já estabelecido Parque Nacional de Ansenusa, famoso por possuir a Laguna Mar Chiquita importante sítio para aves migratórias e que possui grandes populações de flamingos. Na sequência foi até a província de Catamarca onde conheceu as Serras de Ambato, uma região de montanhas com vegetação de Chaco Seco, Yungas, Prepuna, Monte de Sierras e Bolsones, onde a Natura Argentina está apoiando ações para a criação de um Parque Nacional de 156.000 hectares em uma das duas províncias da Argentina que ainda não existe um Parque Nacional. A outra província argentina que ainda não possui um Parque Nacional é Mendoza, onde Natura Argentina está apoiando a criação de um Parque Nacional em Upallata de 220.000 hectares. Upallata é uma região de montanhas com belezas cênicas impressionantes e de um potencial ecoturístico imenso próximo ao famoso Aconcágua, o pico mais alto da América Latina.



Foto à esquerda: Educadora Ambiental Nara Álvarez apresenta área da Laguna Chiquita no Parque Nacional de Ansenusa. Autoria: Carol Castro. Foto à direita: João Pedro apresentando espécies de Quelônios. Autoria: Andressa Scabin

Essa troca de experiência entre as organizações foi bastante enriquecedora, uma vez que permitiu o reconhecimento de fortalezas e fraquezas em que uma organização pode colaborar diretamente com o aprimoramento da outra. Natura Argentina carrega uma vasta experiência nos processos que envolvem a designação de áreas protegidas, tanto no que diz respeito ao conhecimento técnico, como de articulações políticas necessárias, o que para o Instituto Juruá representa um novo campo de trabalho que ainda está em construção na nova coordenação. Por outro lado, o Instituto Juruá traz em sua bagagem uma grande experiência com proteção e governança territorial através do apoio aos acordos de pesca e no trabalho com associações e cooperativas locais para fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Esses conhecimentos são muito importantes no que se refere à implementação de áreas protegidas, uma vez que a falta de recursos financeiros e humanos para a implementação faz com que, embora designadas, muitas áreas protegidas não cumpram com seus objetivos de conservação, as chamadas “áreas protegidas de papel”. Por isso arranjos de conservação de base comunitárias e fortalecimento de cadeias produtivas podem representar importantes ferramentas para garantir a eficiência das áreas protegidas tanto através do fortalecimento da proteção territorial e conservação da biodiversidade quanto para geração de renda e melhoria da qualidade de vida de comunidades que vivem dentro ou na zona de amortecimento das áreas protegidas.



Projeto Serras de Ambato – Foto: Gonçalo Martínez

Sendo assim, para dar continuidade a troca de experiências entre as organizações a proposta é que as representantes envolvidas no intercâmbio sigam proporcionando momentos de trocas virtual e presencial entre as duas equipes, bem como que apliquem os conhecimentos adquiridos durante o intercâmbio.



Andressa Scabin e Lucila Castro – Autoria: Acervo IJ

\*os dados referentes a quantidade e área total de áreas protegidas no Brasil e Argentina foram extraídos do site [www.protectedplanet.net](http://www.protectedplanet.net)

# ij INDICA

1.

O projeto "[Povos Indígenas no Brasil Mirim](#)" visa educar crianças sobre a diversidade cultural dos povos indígenas no Brasil, desconstruindo a ideia de que "todos os índios são iguais." Criado pela equipe do Instituto Socioambiental (ISA), o material oferece conteúdos em linguagem acessível, incentivando o respeito e a valorização das várias culturas indígenas, além de despertar a curiosidade dos jovens leitores.



2.

Conheça o universo musical indígena com as [playlists incríveis](#) do perfil @visibilidadeindígena! Descubra uma diversidade de ritmos - do reggae ao eletrônico, passando pelo funk, metal, hip hop e muito mais. É uma oportunidade única de explorar sons autênticos e valorizar a cultura indígena por meio da música.



3.

## [Operação Esperança: As Crianças perdidas na Amazônia](#)

A incrível história real de quatro crianças que sobrevivem a um acidente de avião nas profundezas da perigosa Amazônia colombiana. Elas ficam perdidas e sozinhas por 40 dias, enquanto os militares e a guarda indígena correm contra o tempo para encontrá-las.





**Equipe de comunicação do Instituto Juruá**

Nathália Messina, Raphael Chicayban, Andressa Scabin, Phamela Barbosa, Maria Cunha, Camila Duarte Ritter e Eduardo von Mühlen

**Equipe de tradução do Instituto Juruá**

Fernanda Diel, Laiane Lessa, Bruna Favaro e Raul Bismarck

**Diagramação**

Mariana Bastos